

SOCIUS Working Papers

**A diáspora guineense qualificada,
uma rede periférica no desenvolvimento
do país de origem**

João Ribeiro Butiam Có

Nº 08/2009

**SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações
Instituto Superior de Economia e Gestão
Universidade Técnica de Lisboa
R. Miguel Lupi, 20 1249-078 Lisboa
Tel. 21 3951787 Fax:21 3951783
E-mail: socius@iseg.utl.pt
Web Page: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/index.htm>**

**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO**

**CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM SOCIOLOGIA ECONÓMICA E DAS
ORGANIZAÇÕES (SOCIUS)**

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA
(INEP-BISSAU)**

**“A diáspora guineense qualificada,
uma rede periférica no desenvolvimento do país de origem”**

João Ribeiro Butiam Có:

Sociólogo e Investigador Permanente do INEP – Bissau.

Membro Associado do SOCIUS – Lisboa.

Doutorando em Sociologia Económica e das Organizações
(ISEG/UTL)

Correio electrónico: jooribeiro@yahoo.com

Dezembro 2009

Índice Geral ¹

1 - INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO	5
2 - DIÁSPORA GUINEENSE QUALIFICADA E POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL	7
3 - CULTURA MIGRATÓRIA E CAPITAL SOCIAL E SIMBÓLICO DA DIÁSPORA GUINEENSE QUALIFICADA	10
3.1 - AS EXPERIÊNCIAS DAS REDES DA DIÁSPORA GUINEENSE QUALIFICADA NA LIGAÇÃO AO PAÍS DE ORIGEM.....	14
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
BIBLIOGRAFIA.....	19

¹ Artigo inserido no quadro do Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações (PDSEO), no ISEG/UTL, sob o tema “A mobilidade internacional dos quadros africanos: a diáspora guineense qualificada (os profissionais da área de saúde) e redes transnacionais de desenvolvimento” – com financiamento do IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento). Um agradecimento especial ao orientador, Professor Doutor João Peixoto.

Resumo

Os fluxos que envolvem quadros qualificados, assim como as políticas de inversão de possíveis efeitos negativos deste fenómeno, estão cada vez mais na agenda das estratégias de desenvolvimento, tanto a nível das políticas de integração regionais, como das relações e acordos de cooperação entre países. Esta situação é fruto da tomada de consciência da importância das migrações e redes migratórias no processo de desenvolvimento global.

Porém, para além do papel que as redes migratórias podem desempenhar nas dinâmicas migratórias actuais, o capital social e simbólico das próprias redes, bem como o oriundo dos seus países de origem, constituem elementos de apreciação (positiva ou negativa) nos modos de incorporação dos migrantes, nas representações de que são passíveis, assim como nos projectos de desenvolvimento ligados aos países de origem. O capital social e simbólico que aqui consideramos tem a ver com os elementos socioculturais e a capacidade que cada rede migratória e o país de origem têm em se organizar e envolver os seus membros em projectos de agenda comum (tanto na origem como no acolhimento).

Com propósitos sublinhados a partir das recomendações da NEPAD (Nova Parceria Para o Desenvolvimento da África), assentes em políticas de inversão da fuga de quadros e desenvolvimento de estratégias que permitam a utilização do *know how* dos guineenses na diáspora para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, a diáspora guineense qualificada continua à margem dos problemas de subdesenvolvimento e conflitos que afectam a Guiné-Bissau no início do século XXI.

Estes obstáculos no contributo ao desenvolvimento são indissociáveis do capital social e simbólico das suas redes e do próprio país, na estrutura global actual. O caso dos fluxos migratórios guineenses demonstra que a cultura e experiência migratórias não são distribuídas da mesma forma para todas as redes migratorias. Assim, as redes da diáspora guineense qualificada (exemplo da Bolanha e Guineaspora) têm apresentado algumas limitações de ordem organizacional e de operacionalização dos seus objectivos, ao contrário de outras de natureza mais étnica e incrustada.

Palavras-chave: diáspora guineense qualificada, capital cultural, capital simbólico, Bolanha, Guineaspora, quadros qualificados.

1 - Introdução e enquadramento

Os fluxos de quadros e a movimentação geopolítica das fronteiras, por parte de pessoas qualificadas, tem uma longa história, apesar de ser hoje mais conhecida pela designação de *brain-drain* e suscitar novas medidas, por parte das políticas migratórias, a nível global, na inversão dos efeitos negativos dos fluxos de quadros superiores. Assim, desde a década oitenta/noventa que as Nações Unidas - através das resoluções 45/191, de 21 Dezembro de 1990, e 44/213, de Dezembro de 1989, da Assembleia Geral das Nações Unidas - consideram os recursos humanos um meio essencial para assegurar o desenvolvimento económico e social (White-Davis, 1996). Mais recentemente, vários acordos políticos testemunham essa preocupação (UNESCO, 2005; USAID, 2006; Teferra, 2004; Africa-EU, 2006).

De facto, as migrações representam um dos pacotes da globalização. O crescimento do fluxo internacional de trabalhadores altamente qualificados tem sido notório em certos sectores de produção nos países mais desenvolvidos, com falta aparente destes profissionais. Daí a decisão dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) em adoptar políticas que facilitam a entrada, nesses países, de trabalhadores estrangeiros altamente qualificados ². Por outro lado, os fluxos de estudantes com graduações elevadas (doutoramento e pós-doutoramento, investigadores) e dos homens de negócios (frequentemente envolvidos em transferências intra-empresariais) constituem outros factores de mobilidade de quadros superiores (Carrington e Detragiache, 1998; Castles e Miller, 1998; Peixoto, 1999; UN, 2005; OECD, 2002; Martin, 2003). Hoje em dia é (quase) unânime que a gestão dos fluxos migratórios e a integração dos migrantes exigem, em simultâneo, uma política de desenvolvimento justo e sustentável para todos os países envolvidos, tanto na origem como no acolhimento.

No entanto, é necessária uma tomada de consciência das oportunidades migratórias e

² Nesse quadro, os objectivos das políticas de imigração dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), em relação aos quadros altamente qualificados, enquadram-se em três princípios: “i) dar respostas ao mercado de trabalho; ii) aumentar o stock de capital humano; e iii) incentivar a circulação de conhecimento e promover a inovação” (OECD, 2002).

participação activa das várias sensibilidades, por parte de entidades públicas, organizações não-governamentais, estabelecimentos de ensino/investigação e das próprias redes de quadros superiores. A existência de uma diáspora científica e de redes de imigrantes empreendedores, através do seu *know-how*, pode jogar um papel importante nos países em desenvolvimento (OECD, 2002; Meyer e Brown, 1999; Martin, 2003; Teferra, 2004). Com efeito, uma diáspora científica organizada em rede, através da “cooperação técnica”, entre países de origem e de acolhimento, com as organizações internacionais de migração, pode jogar um papel assinalável no processo de desenvolvimento dos países africanos.

A nível do continente africano vários diplomas e acordos foram assinados, no sentido de se tirar o máximo proveito das migrações para o desenvolvimento do continente. É o caso do protocolo de Maio de 1979 estabelecido entre os países da CEDEAO, que veio aclarar a livre circulação de bens e capitais, assim como das pessoas humanas no quadro laboral (Adepoju, 2000, 2005; Adebusoye, 2006). Exemplos similares respeitam a outras organizações a nível do continente africano, no âmbito da Comunidade para o Desenvolvimento da África Oriental (SADC). No quadro da agenda política vários esforços podem ser evidenciados. São disso exemplo a Cimeira de Ouagadougou; a Cimeira de Banjul; e a Declaração Conjunta de África e União Europeia em Trípoli sobre as Migrações e Desenvolvimento. O acordo de Trípoli (22-23 de Novembro de 2006), entre a União Europeia (UE) e África, é um dos acontecimentos marcantes em matéria de migrações e desenvolvimento entre os dois continentes. Permite, entre outras oportunidades, *“a melhoria do acesso da África ao mercado europeu, através de um acordo de parceria económica e melhor integração global da economia africana; permite fomentar o empreendedorismo dos imigrantes, em projectos transnacionais de investimento ou apoio ao investimento nos países de origem; permite o apoio a programas de migração circular e retorno temporário por parte da diáspora africana, de modo a contribuir para o desenvolvimento dos seus países de origem; permite encorajar a mobilidade dos profissionais altamente qualificados e a criação de parcerias entre a UE e as instituições africanas”* (AFRICA-EU, 2006). Esse diploma representa um modelo de políticas a seguir pelos países envolvidos (incluindo Portugal e Guiné-Bissau), sendo um dos elementos de orientação da política portuguesa em matéria de migração, cooperação e desenvolvimento.

Para além das instituições internacionais e intergovernamentais ligadas a África, alguns países africanos desenvolveram esforços internos para servir o continente. É o caso do Senegal, que criou o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Assuntos da Diáspora; da Nigéria, que tem uma assistência especial para o Presidente da Diáspora; e do Gana, que alterou a sua lei de nacionalidade de modo a permitir a dupla nacionalidade e permitir a mobilidade e retorno de quadros (OIM, 2003; UNESCO, 2005; Adepoju, 2000, 2005). Ao contrário do que tem acontecido com alguns países africanos, a Guiné-Bissau, apesar da tomada de consciência da importância das migrações no processo de desenvolvimento global, através da criação de associações de representação de quadros na diáspora, ainda não testemunhou iniciativas concretas na ligação ao desenvolvimento do país de origem. A diáspora guineense qualificada - devido à representação e reprodução negativa do seu capital social e simbólico - tem demonstrado alguma incapacidade em organizar-se e fazer o país de origem beneficiar do seu *know-how* e oportunidades migratórias.

2 - Diáspora guineense qualificada e políticas de imigração em Portugal

Nos últimos anos, vários instrumentos têm surgido em defesa da tese que as migrações são cada vez mais imprescindíveis nas estratégias de desenvolvimento socioeconómico a nível mundial, na integração regional dos países e comunidades, e na relação entre países. Portugal, como país membro da UE, está ligado a esse espírito e às suas directrizes, o que foi naturalmente reconsiderado na Declaração de Lisboa, entre União Europeia e África, apresentada em Dezembro de 2007 em Lisboa. No entanto, a preocupação da política portuguesa em matéria de imigração está mais focada no acolhimento e integração dos imigrantes. Isto para além de alguns esforços e contributos em matéria de migração, cooperação e desenvolvimento, como testemunham o Fórum Gulbenkian sobre as Migrações e Desenvolvimento; o Programa de Apoio à Profissionalização de Médicos Imigrantes; e o Projecto de Equivalência de Habilitações Académicas e Profissionais de Enfermeiros Imigrantes.

A criação do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), actual Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), instituição

com funções de gestão das políticas de integração de imigrantes em Portugal, e dos Centros Nacionais e Locais de Apoio ao Imigrante (CNAI, CLAI) é uma confirmação desse facto. E mais recentemente devem citar-se a nova lei de imigração, a nova lei de nacionalidade e a criação do Plano para a Integração dos Imigrantes, através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 63 – A/2007, de 3 de Maio³, com o objectivo de acolher e integrar os imigrantes que procuram Portugal como país de imigração. Assim, três preocupações importantes na realidade da política portuguesa de imigração merecem algum destaque: primeiro, a importância das remessas no potencial do desenvolvimento dos países de origem; segundo, o reconhecimento do fenómeno do *brain drain*, onde a cooperação técnica pode jogar um papel importante na identificação e consequência positiva deste fenómeno; e, terceiro, a importância que a sinergia das diásporas tem hoje em dia em matéria das migrações e desenvolvimento (IPAD, 2008). O documento intitulado *Uma Visão Estratégica para Cooperação e Desenvolvimento*, do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, sublinha, entre outros aspectos, a importância das associações de imigrantes como actores de desenvolvimento dos seus países de origem (IPAD, 2006). A diáspora qualificada, através do reconhecimento de capacidades e transferências de recursos, tem sido substancialmente referida na nova política portuguesa de imigração e nas estratégias de cooperação e desenvolvimento.

A implementação de políticas de migração e desenvolvimento requer naturalmente os esforços tanto dos países de acolhimento como dos de origem. Neste sentido, na realidade portuguesa, a diáspora cabo-verdiana parece ocupar um espaço de destaque, em relação às outras diásporas dos PALOP (países africanos de língua oficial portuguesa). Isso acontece talvez por culpa da sua tradição e cultura migratórias, por um lado, e da sua representação social e simbólica, por outro. De facto, alguns exemplos da preocupação portuguesa em relação a ligações com os países africanos de língua portuguesa são conhecidos, mas estão em boa parte ligados a Cabo Verde: é o caso do projecto CAMPO (Centro de Apoio ao Migrante no País de Origem) em Cabo Verde

3 “Ao todo são propostas 122 medidas que envolvem 13 Ministérios, pretendendo-se atingir níveis superiores de integração, quer numa perspectiva sectorial, designadamente nas áreas do Trabalho, Habitação, Saúde e Educação, quer numa perspectiva transversal, no que toca às questões do racismo e discriminação, igualdade de género e cidadania” - in <http://www.acidi.gov.pt/modules.php> - consultado em Fevereiro de 2009.

(Praia) e da Comissão Consultiva Conjunta para as Questões da Imigração Cabo-verdiana⁴. Portugal, através do IPAD, esteve no co-financiamento do programa “DIAS de Cabo Verde” – diáspora para o desenvolvimento de Cabo Verde –, projecto liderado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) de Lisboa, que permitiu identificar e ligar as competências e profissionais da diáspora cabo-verdiana (em Portugal, Itália e Holanda) a certos sectores de desenvolvimento em Cabo Verde (IPAD, 2008). Porém, assistiu-se a outras experiências através do Protocolo sobre Emigração Temporária de Trabalhadores Cabo-verdianos para a Prestação de Trabalho em Portugal durante a década de noventa⁵.

A par das políticas adoptadas pelos países da OCDE - sobre os fluxos dos quadros altamente qualificados (ver OECD, 2002) - as migrações internacionais também devem transformar-se em estratégias nacionais, regionais e globais para o crescimento e desenvolvimento globais. Nesse quadro, tendo em conta o reconhecimento dos quadros qualificados, os governos, as organizações internacionais e as diásporas envolvidas devem promover e incentivar a participação dos quadros em redes transnacionais de desenvolvimento, formulando políticas e programas que maximizem o impacto das migrações circulares e de retorno (GCIM, 2005). As políticas portuguesas de imigração estão também reflectidas nos diplomas da CPLP, relativos a estratégias de cooperação e desenvolvimento. É disso exemplo o Fórum Gulbenkian sobre as Migrações, ocorrido em Junho de 2006. Neste sentido, sugeriu-se, entre outros pontos, que a CPLP deveria estabelecer um regime semelhante ao dos cidadãos da União Europeia, que detêm certos direitos no espaço europeu, especialmente direitos sociais e políticos, como por exemplo o acesso à dupla nacionalidade e o direito de voto nos países de acolhimento (OIM, 2006). Algumas dessas medidas foram tidas em conta no projecto Plano para a Integração dos Imigrantes - Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007, de 3 de

4 “O CAMPO, da autoria do ACIDI, resulta de um protocolo celebrado entre este Instituto, o Instituto de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e a associação de imigrantes Açorianos (AIPA). Com este protocolo, assinado em Novembro de 2007, visa-se o acolhimento, aconselhamento e disponibilização de informação a cidadãos cabo-verdianos que pretendem emigrar para Portugal. A Comissão Consultiva Conjunta para as Questões da Imigração Cabo-verdiana, criada em 2005, é composta, na parte portuguesa, por representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros (IPAD e DGACCP), da Presidência do Conselho de Ministros (ACIDI, I.P.) e o Ministério da Administração Interna (através do SEF)” - in Plano para a Integração dos Imigrantes -Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007, de 3 de Maio, Portugal – Relatório Anual de Execução, Maio de 2007 – Maio de 2008.

5 Publicado no DIÁRIO DA REPÚBLICA-I SÉRIE-A, n.º268-19-11-1997 Lisboa, Portugal.

Maio, Portugal, assim como no diploma da nova Lei de Imigração e nova Lei de aquisição da nacionalidade portuguesa. Todavia, as maiores dificuldades parecem residir nos compromissos por parte dos países de origem, tendo em conta a vulnerabilidade institucional dos mesmos, em promover projectos que permitam a transferência de quadros qualificados. No caso concreto da Guiné-Bissau, as Associações das Comunidades Migrantes (laborais) e as Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento são os elos principais deste processo (Có, 2004). Talvez seja possível implementar algumas medidas (a dupla nacionalidade entre outras), no quadro do projecto do Observatório da CPLP, pelo reconhecimento que essa instituição tem das migrações como um fenómeno social, económico e político, e da luta contra a pobreza, podendo envolver organizações internacionais e sociedades civis para o efeito⁶.

3 - Cultura migratória e capital social e simbólico da diáspora guineense qualificada

As redes migratórias, para além das suas influências no crescimento dos fluxos migratórios, desempenham um papel importante na integração (modos de incorporação), circunscrição de espaços de vida e consequente mobilidade social dos migrantes. A importância das redes na organização, decisão e mobilidade humana constitui um dos pontos de debate entre a sociologia e a economia em matéria de migrações e interpretação da acção e mobilidade humanas. Portes (1999) defende que as redes são importantes nos modos de incorporação dos migrantes, podendo influenciar positiva e negativamente a mobilidade social dos mesmos, assim como influenciar as políticas migratórias de que são ou não beneficiários.

As políticas governamentais, a sociedade civil, a opinião pública e a própria organização da comunidade migrante são fios condutores da integração e mobilidade

⁶ No quadro do poder das redes transnacionais foram sublinhadas algumas recomendações, a partir do Fórum Gulbenkian, sob o tema “*migração e políticas de desenvolvimento no quadro da CPLP: as diásporas como agentes de desenvolvimento*”, tal como: “*a dinamização da actuação das associações enquanto agentes para o desenvolvimento; reforço da capacidade de acção das associações incentivando a realização de projectos em comum; alargamento das relações entre as associações, por um lado, e os agentes económicos e as ONG, por outro; constituição de uma plataforma para a intervenção das associações da diáspora no quadro da CPLP*” (OIM, 2006).

(*status*) dos migrantes, sustentando-se nas relações e continuidades socioculturais em relação à sociedade acolhedora. Assim, as redes podem iniciar-se em embriões de relações históricas que se desenvolvem ao longo do tempo, sendo resultado de processos históricos de formação e aproximação de identidades. Mas podem também ser o resultado (híbrido) de estruturas sociais de vivência e convivência identificadas nos países de acolhimento, e que servem de representação ou estruturas simbólicas (de enquadramento) aos seus grupos de migrantes. Nesta perspectiva, podemos considerar o associativismo (rede) como um factor de coesão e de (re)invenção de novos laços sociais, que se reactivam e actualizam segundo a transformação das próprias sociedades, das mentalidades e dos comportamentos humanos, mas também de representação daquilo que é imagem, capital social e simbólico do migrante. Todavia, apesar das redes, a capacidade e o capital humano que cada migrante possui continuam a ser um elemento que pode facilitar a sua integração e a própria relação com as redes (Có, 2007).

No quadro das redes associativas em Portugal, o final da década de 80 e o princípio da década de 90 constituem o período marcante para o surgimento das redes associativas de incorporação dos migrantes, motivadas pelo crescimento significativo dos imigrantes. São disso exemplo a Associação Guineense de Solidariedade Social (AGUINEENSO), fundada em 1987, e outras associações de migrantes. De sublinhar que, já muito antes do período massivo das redes, existiam associações, as mais antigas das comunidades imigrantes em Portugal. Exemplos são a Casa de Cabo Verde, fundada em 1970, e a Associação de Cabo-verdianos e Guineenses, criada em 1976 (Albuquerque, 2000). No caso concreto das redes guineenses, as dezenas de associações de migrantes associadas à Confederação de Associações Guineenses em Portugal (CAGP) não se dissociam da cultura, organização e experiências migratórias dos dois grupos étnicos (Manjacos e Fulas) (Có, 2003 e 2004). Esta tendência também é notória na natureza das associações dos imigrantes guineenses em Portugal reconhecidas pelo Alto Comissário para Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), como sublinha o quadro abaixo.

Principais associações de imigrantes guineenses em Portugal (reconhecidas pelo ACIDI, 2009)

Designação da Associação	Tipo/Natureza	Sede/Distrito
Associação Coligativa Bissau-Biombo e Amigos (ACBBA)	Étnico/Comunitário	Amadora/Lisboa
Associação dos Naturais de Pelundo Residentes em Portugal (ANPRP)	Étnico/Comunitário	Lisboa
Associação Filhos e amigos de Bachil	Étnico/Comunitário	Barreiro/Lisboa
Associação dos Filhos de Calequisse em Portugal (AFICAP)	Étnico/Comunitário	Lisboa
Associação dos Filhos e Amigos da Ilha de Jeta - Núcleo de Portugal (AFAIJE)	Étnico/Comunitário	Estoril/Lisboa
Associação dos Guineenses do Porto	Comunitário/Guineense	Porto
Associação GUINEÁSPORA - Fórum de Guineenses na Diáspora	Comunitário/Guineense	Lisboa
Associação Guineense de Solidariedade Social (AGUINENSO)	Comunitário/Migrantes	Lisboa
Associação Guineense e Povos Amigos	Comunitário/Guineense	Lisboa
Associação Unidos para o Progresso da Ilha de Bubaque (AUIPB)	Étnico/Comunitário	Lisboa
Associação Unida dos Emigrantes da Guiné-Bissau em Portugal (AUEGBP)	Comunitário/Guineense	Lisboa
Associação dos Filhos e Amigos das Ilhas de Bolama - Núcleo de Portugal (Cabás-garandi)	Étnico/Regional	Lisboa
Associação Casa da Guiné	Comunitário/Guineense	Lisboa

Fonte: <http://www.acidi.gov.pt> (acedido em Maio de 2009)

Segundo o ACIDI, entre as principais associações em Portugal ⁷ que podem comprovar a existência de uma relação laboral a fim de obter uma autorização de residência para exercício de actividade profissional - segundo a nova Lei da imigração n.º23/2007, de 4 de Julho -, encontram-se três associações guineenses credenciadas para o efeito: a

⁷ “A Lei 115/99 de 3 de Agosto, regulamentada pelo Decreto-Lei 75/2000 de 9 de Maio, estabelece o regime de constituição e os direitos e deveres das associações representativas dos imigrantes e seus descendentes. As associações de imigrantes são associações constituídas nos termos da lei geral, dotadas de personalidade jurídica, sem fins lucrativos, de âmbito nacional, regional ou local, e que inscrevam nos seus estatutos o objectivo de proteger os direitos e interesses específicos dos imigrantes e dos seus descendentes residentes em Portugal, visando nomeadamente: a) Defender e promover os direitos e interesses dos imigrantes e seus descendentes em tudo quanto respeite à sua valorização, de modo a permitir a sua plena integração e inserção; b) Desenvolver acções de apoio aos imigrantes e seus descendentes visando a melhoria das suas condições de vida; c) Promover e estimular as capacidades próprias, culturais e sociais das comunidades de imigrantes ou dos seus descendentes como elemento fundamental da sociedade em que se inserem; d) Propor acções necessárias à prevenção ou cessação de actos ou omissões de entidades públicas ou privadas que constituam discriminação racial; e) Estabelecer intercâmbios com associações congêneres estrangeiras ou promover acções comuns de informação ou formação. Equiparam-se às associações de imigrantes as uniões e federações por elas criadas”. <http://www.acidi.gov.pt/modules.php>

Associação Guineense de Solidariedade Social (AGUINENSO), a Associação dos Naturais de Pelundo Residentes em Portugal (ANPRP), e a Associação Unidos para o Progresso da Ilha de Bubaque (AUIPB). É de sublinhar que, tirando a reconhecida capacidade de intervenção da AGUINENSO, uma das mais importantes associações em Portugal e a principal guineense, as duas últimas possuem uma natureza étnica/comunitária, e destacam-se pela sua cultura, capital social e experiência migratória, capacidade de organização, intervenção e ligação ao país (local) de origem (Guiné-Bissau) (C6, 2004).

Uma das principais preocupações das redes de incorporação é a manutenção da “vida” dos familiares nos locais de origem e os problemas que afectam o progresso do seu país em geral (C6, 2003 e 2004). Esta preocupação é extensiva a redes de quadros superiores e estudantes em Portugal. Porém, as redes ligadas aos quadros superiores (diáspora qualificada), por várias razões, ainda não atingiram a maturidade necessária de forma a cumprir com os seus objectivos. A Bolanha⁸ (principal associação de quadros superiores e estudantes guineenses em Portugal) define como principal objectivo o estabelecimento e manutenção de elos (relações) entre os quadros superiores espalhados pelo mundo e a sua pátria natal. No entanto, faz parte da lista de associações, pelo menos até Maio de 2009, não reconhecidas pelo ACIDI, principal estrutura de gestão de política de imigração em Portugal⁹. Todavia, no seu segundo congresso, realizado em Bissau (Março/Abril de 2005), o quadro temático sublinhava duas grandes orientações: por um

⁸ Bolanha (Associação Guineense de Quadros e Estudantes na Diáspora) “*é uma organização laica, apartidária e sem fins lucrativos, nascida na diáspora para a ajuda ao desenvolvimento da Guiné-Bissau*”. Para a associação Bolanha, “*Quadro*” *é todo o guineense possuidor de know-how – conhecimento, saber – não negligenciável, apto e disponível a aplicar esse mesmo saber em benefício do seu povo. Este conceito abrange tanto o técnico profissional como os mais altos graus de qualificação académica, passando pelos graus intermédio” (cfr. Estatuto Bolanha).*

⁹ “*O reconhecimento de representatividade é atribuído pelo Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural às associações que o requeiram e que demonstrem reunir cumulativamente os seguintes requisitos: a) Ter estatutos publicados; b) Ter corpos sociais regularmente eleitos; c) Possuir inscrição no Registo Nacional de Pessoas Colectivas; d) Inscrever no seu objecto ou denominação social a promoção dos direitos e interesses específicos dos imigrantes; e) Desenvolver actividades que comprovem uma real promoção dos direitos e interesses específicos dos imigrantes. O requerimento é dirigido ao Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, instruído com os seguintes documentos: a) Cópia dos estatutos e do respectivo extracto publicado no Diário da República; b) Cópia da acta de eleição dos corpos sociais em exercício; c) Cópia do cartão de identificação de pessoa colectiva; d) Relatório de actividades do último exercício, ou plano anual de actividades, caso se trate de associação em início de actividade; e) Declaração em que conste o número total de associados e o âmbito territorial de actuação”.* <http://www.acidi.gov.pt/modules.php>.

lado, os contributos para uma definição de políticas e estratégias de desenvolvimento nacional da Guiné-Bissau (preocupações específicas para as áreas de saúde e da educação); por outro, a política de migração e enquadramento da diáspora no esforço da construção nacional (Guiné-Bissau).

Pior que as insuficiências demonstradas na implementação dos projectos agendados, as redes da diáspora guineense qualificada parecem sofrer da síndrome de “paralisia estrutural”, pelo menos nesta fase. Actualmente são-lhes desconhecidas legitimidades de liderança, de orientação e estratégias agendadas para a promoção e operacionalização dos objectivos traçados. Esta é um pouco a imagem daquilo que é, neste momento, a imagem do país de origem (Guiné-Bissau).

3.1 - As experiências das redes da diáspora guineense qualificada na ligação ao país de origem

As migrações como factores e oportunidades de desenvolvimento para os países envolventes não podem dissociar-se das possibilidades e oportunidades que as redes associativas lhes oferecem. Com efeito, as redes associativas dos migrantes estão sempre ligadas aos países de origem. Desenvolvidas a partir das mobilidades internacionais no contexto pós-colonial, são fundamentais na construção das “comunidades transnacionais” (Kastoryano, 2000; sobre o conceito, ver Portes, 1999).

A forma de organização e representação das redes migratórias refere tanto o contexto social como o quadro de incorporação reservados aos migrantes. Mark Granovetter sustenta a tese que, no contexto das relações humanas (tanto inter-sociais, como de mercados supostamente racionais), a percepção das redes é importante no desenho da relação entre indivíduos em todas as esferas da vida humana, uma vez que representam o “espaço” onde a cooperação e confiança, dominação e condescendência normalmente são produzidos (Krippner, Granovetter *et al*, 2004; Pendakur et Ravi, 2002; Portes, 1998 e 1999). Neste espaço de contributo de Granovetter, olhando para as características das redes migratórias guineenses podemos compreender o lugar que cada grupo migrante merece nas estruturas mentais ou na estratificação dos diferentes grupos migrantes na sociedade portuguesa (ver Baganha, 2001 e 2002), assim como nas

oportunidades dos programas de desenvolvimento relacionados com os migrantes e os países de origem. Porém, poder-se-á dizer que a globalização permite manter as pessoas em redes (contactos, informações, etc.), mas delimita-as às suas próprias estruturas confinadas e a uma rede de estratificação social global, que permite que os indivíduos sejam apreciados pelas estruturas (redes, capital social e simbólico, determinantes socioculturais, etc.) que representam (Có, 2007).

De facto, para além do papel que as redes migratórias desempenham nas dinâmicas migratórias actuais, o capital (social) simbólico dos países de origem também constitui elemento de apreciação nos modos de incorporação e ligação à origem. O capital social e simbólico que aqui consideramos têm a ver com os elementos socioculturais e a capacidade que cada país tem em envolver-se em acordos de reciprocidade, de modo a permitir/facilitar a melhor distribuição e aceitação dos seus migrantes na diáspora, seja em projectos de incorporação, seja em projectos transnacionais, com ligação ao país de origem. Assim, as ligações históricas entre os países, que permitem proximidades e continuidades socioculturais, podem favorecer não só o desenvolvimento das redes, como a proximidade entre os próprios países em criarem parcerias recíprocas, que facilitem a mobilidade dos seus membros e consequente desenvolvimento (económico e social).

De sublinhar que o fenómeno das “comunidades transnacionais” (Portes, 1999), que reflecte as ligações sociais e económicas que cada grupo migrante possui para com os locais ou país de origem, não é linear na experiência da migração guineense. Isto devido à história, percurso e cultura de diferentes classes migrantes (guineenses) em Portugal.

A rede Bolanha (Associação Guineense de Quadros e Estudantes na Diáspora), que foi fundada em 28 de Julho de 1996, tem estado atenta a essa realidade. No entanto, apresenta algumas limitações de ordem organizacional e apoio do próprio país de origem. Por persistência já realizou dois congressos (em Portugal e na Guiné-Bissau), mas ainda sem grandes efeitos em termos de resultados e recomendações propostos nos congressos. Apesar das limitações, a rede subscreve nos seus objectivos as recomendações da NEPAD (Nova Parceria Para o Desenvolvimento da África), assentes em três grandes objectivos: *inverter a “fuga de cérebros” guineenses e transformá-la em “ganho de cérebros” para a Guiné-Bissau; desenvolver estratégias para a*

utilização do conhecimento e das capacidades científicas e tecnológicas dos guineenses na Diáspora para o desenvolvimento da Guiné-Bissau; garantir que os conhecimentos especializados dos guineenses que vivem nos países mais desenvolvidos sejam utilizados na execução de Projectos a implementar na Guiné-Bissau. O seu segundo congresso, realizado em Bissau (Guiné-Bissau) de 28 de Março a 1 de Abril de 2005, tinha como lema “desenvolvimento económico e coesão social guineense”. Apresentava como alguma prioridade sectorial a saúde¹⁰.

Na mesma linha de abordagem de identidade e desenvolvimento nacionais está mobilizada a Guineáspora (Fórum dos guineenses na diáspora), que já realizou uma conferência destinada aos profissionais de saúde, denominada “*Os profissionais de saúde guineenses em Portugal, desafios e contributos para o desenvolvimento sanitário da Guiné-Bissau*”¹¹. O objectivo desta conferência foi o de que os profissionais desta área (médicos, farmacêuticos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico, terapeutas e assistentes sociais) se mobilizassem em recursos que pudessem minimizar certas pandemias nacionais. Na organização do primeiro encontro mundial dos guineenses na diáspora (20 a 24 de Dezembro de 2003, na Universidade Lusíada, Lisboa), sob o lema “Guiné-Bissau e os guineenses no dealbar do século XXI”, foram discutidos subtemas como: (I) “*Guiné-Bissau, que modelo de sociedade para o século XXI*”; (II) “*A Diáspora Guineense e os desafios de desenvolvimento*”; (III) “*As problemáticas do desenvolvimento económico e social*”, todos eles com o propósito que os guineenses na diáspora se mobilizem para o desenvolvimento do país. O grande obstáculo está na relação indissociável entre a rede (e seus objectivos) e o capital (social) simbólico que a

¹⁰ 1 – *Combate as Endemias e as Epidemias como Factor de Desenvolvimento.*

2 – *Saúde Pública e Saneamento Básico.*

3 – *Médicos Guineenses na Diáspora e a Cooperação na Prestação dos Cuidados de Saúde na Guiné-Bissau (Bolanha, 2005).*

¹¹ *Essa conferência, organizada em Maio de 2004 (em Portugal), conseguiu reunir instituições e personalidades guineenses, portuguesas e internacionais influentes, a citar: Ministério de Saúde Pública da Guiné-Bissau; Organização Mundial de Saúde (OMS); Organização Internacional das Migrações (OIM); Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD); Centro de Malária e outras Doenças Tropicais (CMDT); Instituto de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina de Lisboa; Ministra de Saúde Pública da Guiné-Bissau (Odete Semedo); Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Portuguesa (Manuela Franco); Presidente do Conselho da Coordenação da Guineáspora (Mário Cabral); Presidente da Assembleia Geral da Associação para o Desenvolvimento da Cooperação da Garcia de Orta (Paulo Estadão); Presidente do Instituto de Higiene e Medicina Tropical (Jorge Torgal), entre outros.*

Guiné-Bissau de forma geral representa no mundo actual global.

Este facto demonstra a fragilidade das redes migratórias da diáspora guineense qualificada, ao contrário de algumas redes dos imigrantes clássicos. Na verdade, apesar das redes migratórias serem da diáspora, sempre que a acção se refere aos quadros qualificados, pelo menos nos seus objectivos de inversão dos efeitos negativos do *brain drain*, a dinâmica e peso institucional dos países de origem são muito importantes e determinantes no cumprimento dos objectivos. Basta olharmos para os diplomas internacionais sobre acordos de fluxos migratórios. São disso exemplo Angola e Cabo Verde, países envolvidos nas actividades e iniciativas das suas diásporas qualificadas, através de instituições de origem, essencialmente o Estado, para além de outras instituições intermédias. As redes migratórias são importantes por várias razões que já sublinhámos, desde a mobilidade humana até aos aspectos da cooperação e desenvolvimento entre os países. Todavia, a capacidade de organização e profundidade das suas acções, tanto na sociedade de acolhimento como na de origem, são importantes e indispensáveis para a operacionalização dos objectivos, assim como para a saúde e consequente sobrevivência das mesmas. Estes obstáculos intervenientes têm afectado as redes da diáspora guineense qualificada nos seus objectivos.

4 - Considerações finais

Até a data presente não se pode sublinhar grandes contributos da diáspora guineense qualificada, no processo de desenvolvimento do país de origem. Porém, algumas iniciativas podem ser sublinhadas. Todavia, podemos concluir que as redes da diáspora guineense qualificada têm consciência da importância das migrações na agenda internacional, bem como do *know how* dos seus quadros na diáspora. São disso exemplo, a criação da Bolanha (Associação de Quadros e Estudantes Guineenses na Diáspora) e da Guineaspora (Forum dos Guineenses na Diáspora). De facto, estas duas principais redes de representações da diáspora guineense (qualificada) foram criadas a partir do espírito e preocupações dos problemas que afectam os guineenes (quadros) na diáspora, bem como dos problemas que afectam o desenvolvimento do país de origem. O esforços traduzidos em debates, conferências, seminários e temáticas

ligadas ao desenvolvimento da Guiné-Bissau (especialmente na área da saúde) testemunham essa verdade.

Porém, determinantes socioculturais, o peso negativo do capital social e simbólico, traduzido na falta de capacidade da Guiné-Bissau em mobilizar e envolver-se em acordos de reciprocidade para o benefício dos seus migrantes, por um lado, e a falta da cultura e experiência migratórias das redes da diáspora guineense qualificada, por outro, continuam a constituir obstáculos intervenientes no processo (guineense) de migrações e desenvolvimento. É disso exemplo a iniciativa MIDA-guineense (Migrações para o Desenvolvimento Guineense), que inicialmente envolveu a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Ministério da Saúde Pública da Guiné-Bissau e outras instituições intermédias, mas que não teve sucesso, por não fazer parte do então governo guineense, na sua agenda do orçamento de estado.

Outros elementos, como a instabilidade sócio-política e militar que o país tem vivido nos últimos anos, continuam a impedir que a diáspora guineense qualificada se mobilize em prol dos objectivos traçados a priori. De recordar que, de 1999 (fim da guerra civil) a Dezembro de 2009, o país conheceu seis Presidentes da República, dos quais quatro interinos; quatro Chefes de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), dos quais três foram mortos; e onze Primeiros-ministros.

Bibliografia

- ACIME** (1996), A Integração dos Imigrantes e das Minorias Étnicas: Linhas da Actuação do Alto-comissário para as Minorias Étnicas, *Edições ACIME, n.º – 99*, Lisboa, ACIME.
- ACIME** (2006), Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas - *Especial Metropolis - Boletim Informativo n.º 44*, Novembro 2006.
- ADEBUSOYE**, Paulina Makinwa (2006) Geographic Labour Mobility in Sub-Saharan Africa - *IDRC Working Papers on Globalization, Growth and Poverty*.
- ADEPOJU**, Aderanti (2000), Les Migrations Internationales en Afrique Subsaharienne: Problèmes et Tendances Récentes, *In Revue Internationale de Sciences Sociales* pp.436-447, RISS 165/Setembro UNESCO.
- ADEPOJU**, Aderanti (2005) “Migration in West Africa” - A paper prepared for the Policy Analysis and Research Programme of the Global Commission on International Migration.
- AFRICA-EU** (2006) “Joint AFRICA-EU” - Declaration on Migration and Development – TRIPOLI, SIRTE, 22-23 November – Final Version.
- ALBUQUERQUE**, Rosana (2000), *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório: Duas, Décadas de Associativismos de Imigrantes em Portugal*, – Celta Editora, Oeiras.
- ARANGO** Joaquín (2000) Enfoques Conceptuales y Teóricos para Explicar la Migración -*In Las Migraciones Internacionales – Revista Internacional de Ciências Sociales* – Setiembre, 2000, n.º 165 – pp: 33-47.
- AWEPA** (s/d) Submission to the Commission for Africa: A Survey of Perspectives of the African Diaspora in Europe on Priorities in African-European Relations - *Association of European Parliamentarians for Africa (AWEPA)*.
- BAGANHA**, Maria Ioannis *et al.* (2001), *Imigração e Política: O Caso Português*, Fundação Luso – Americana para o Desenvolvimento, Coimbra, Edição CES.
- BAGANHA**, Maria Ioannis *et al.* (2002), *Os Movimentos Migratórios Externos e a sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal* (Estudos e Análises) Observatório de Emprego e Formação Profissional – Lisboa.
- BOLANHA** (2005) “Desenvolvimento Económico e Coesão Social Guineense” – *II Congresso de Quadros*, Bissau, 29 Março – 01 Abril, Associação Guineense de Quadros e Estudantes, BOLANHA; Bissau.
- BÖHNING**, W. R. (1996) *Employing Foreign Workers: A Manual on Policies and Procedures of Special Interest to Middle-and Low-income Countries* – GENEVA – *International Labour Office*.

- BORJAS**, George J. (2002) Homeownership in the Immigrant Population - *Kennedy School of Government*, Harvard University.
- CARRINGTON**, William and Enrica Detragiache (1998) How Big is the Brain Drain? IMF (International Monetary Fund) *Working Paper*, W/98/102.
- CASTLES**, Stephen e Mark Miller (1998), *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*, 2nd Edition, McMillan Press.
- CASTLES**, Stephen (2000) *Ethnicity and Globalization*, SAGE Publications LTD – London.
- CÓ**, João Ribeiro Butiam (2003), *Migração Guineense e Retorno: Um Mito, ou uma Realidade Desencorajada?*, Tese de mestrado, ISEG/UTL (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa).
- (2004), “Migrações e Desenvolvimento: As associações das comunidades migrantes em Portugal e a sua participação no desenvolvimento do país de origem: o caso guineense”, *SOCIUS Working Papers* n.º 12/04 – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações – ISEG/UTL Lisboa.
- (2007), “Os “limites” da racionalidade migratória guineense: redes, capital social e determinantes sócio-culturais nas dinâmicas migratórias contemporâneas”, *SOCIUS Working Papers*, n.º 4/07 – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações – ISEG/UTL Lisboa.
- CPLP** (2006) “Resolução sobre Migrações e Políticas de Desenvolvimento” – VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Bissau.
- DELICADO**, Ana (2007), “Mobility and Development: The Influx of Scientists from Developing Countries to Portugal”, *Working Papers (WP2-07)*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- GCIM** (2005) “Migration in an Interconnected World: New Directions for Action” - Fourth Coordination Meeting in International Migration -, Summary of the Report of the Global Commission on International Migration, Geneva. Disponível no site: [http://www.gcim.org/attachements/GCIM%20Summary%20Proposals%20\(1\).pdf](http://www.gcim.org/attachements/GCIM%20Summary%20Proposals%20(1).pdf)
- GEORGE**, Pierre (1997) *As Migrações Internacionais* –, Lisboa, Dom Quixote.
- GÓIS**, Pedro e José C. Marques (2007) Estudo Prospectivo sobre Imigrantes Qualificados em Portugal – *Observatório da Imigração*, Lisboa, Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDE, I.P.)
- CP** (2000/02) “Programa Indicativo de Cooperação com a Guiné-Bissau” – Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal – Lisboa.
- IPAD** (2006) “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa” Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), Ministério dos Negócios

Estrangeiros, Portugal.

IPAD (2008) Empowering Migrants and Diaspora to Contribute to Development: Portuguese Perspectives and Approaches - *Global Forum on Migration and Development*, Manila, Philippines, 27-30 October 2008, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).

Jesuit Refugee Center-Portugal (2005), “Estatísticas sobre a profissionalização de médicos imigrantes, 2002/2005”, Lisboa, *Jesuit Refugee Center*. [disponível em: www.jrsportugal.pt/gami/Estatisticas_Medicos02-05.pdf].

Jesuit Refugee Center-Portugal (2006), “Projecto de Equivalência de Enfermeiros Imigrantes: Estatística”, Lisboa, *Jesuit Refugee Center*. [disponível em: www.jrsportugal.pt/enferm/enferm_estat.pdf].

KASTORYANO, Riva (2000), Immigration, Communautés Transnationales et Citoyenneté -, In *Revue Internationale de Sciences Sociales*, pp.: 353-359, RISS 165/Setembro UNESCO.

KLOOSTERMAN, Robert and Jan Rath (2001) Immigrant Entrepreneurs in Advanced Economies: Mixed Embeddedness Further Explored – *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 27, n. °2, pp: 189-201.

KRIPPNER, Greta, Mark Granovetter *et al* (2004) Polanyi Symposium: a conversation on embeddedness – *Sócio-Economic Review*, 2, pp: 109-135 – Oxford University Press.

LAGES, Mário, *et al* (Orgs) (2006) *Os imigrantes e a população portuguesa imagens recíprocas* – análise de duas sondagens – Edição ACIME – Outubro, 2006, Lisboa.

MACHADO, Fernando Luís, (2002), *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

MARQUES, Rafael e João Peixoto (Orgs) (2003) *A Nova Sociologia Económica* –, Oeiras, Celta Editora.

MARTIN, Philip L. (2003) Highly Skilled Labour Migration: Sharing the Benefits – Geneva, *International Institute for Labour Studies*.

MCTES (2009a) “A procura de emprego dos diplomados com habilitação superior” - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Edição Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais – disponível no URL <http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt>.

MCTES (2009b) “Vagas e Inscritos no Ensino Superior [2000-2001 a 2007-2008]” - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Edição Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais – disponível no URL <http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt>.

MESQUITA, Ana Guedes (2005), “A política portuguesa de cooperação para o

desenvolvimento”, Documento de Trabalho n. 67, *CESA-ISEG*, Lisboa.

MEYER, Jean-Baptiste and Mercy Brown (1999) *Scientific Diasporas: A New Approach to the Brain Drain - Discussion Paper Series - No. 41 - Management of Social Transformations (MOST)*. UNESCO – ICSU.

MIDA (2007) “Migration for Development in Africa - Mobilizing the African Diasporas for the Development of Africa” – Geneva, *International Organization for Migration (IOM)*.

OECD (2002), *International Mobility of the Highly Skilled*, Paris, OECD – disponível online: www.oecd.org/dataoecd/9/20/1950028.pdf

OIKOS (1996) *Ensino Superior e o Desenvolvimento em África* – Congresso de Estudantes Africanos em Portugal –, Lisboa, OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento.

OIM (2001a), *Migrations pour le Développement en Afrique (MIDA)* -, Programme de Renforcement des Capacités dans les Pays Africains, Geneva, Organisation Internationale pour les Migrations.

OIM (2001b), *Rapport de L’Atelier Technique sur le Programme MIDA-*, Tenu a Libreville (Gabon) du 9 au 11 Avril, Programme de Renforcement des Capacités dans les Pays Africains, Geneva, Organisation Internationale pour les Migrations.

OIM (2003) *Cuestiones de Políticas Migratoria*, n. ° 2, Marzo de 2003. *Organização Internacional para as Migrações (OIM)*. Disponível no site: <http://www.iom.int/DOCUMENTS/Publication>.

OIM (2006) “Migração e Políticas de Desenvolvimento no Quadro da CPLP: as diásporas como agentes de desenvolvimento” – *Recomendações do Workshop*, 5 de Junho de 2006, Lisboa, Fórum Gulbenkian Imigração, Lisboa, Organização Internacional para as Migrações.

PENDAKUR, Krishina and Ravi Pendakur (2002), *Language as Both Human Capital and Ethnicity*; *International Migration Review*, *Centre for Migration Studies*; pp.: 147 – 177, Vol. 36, spring – 2002.

PEIXOTO, João (1999) *A Mobilidade Internacional dos Quadros* –, Oeiras, Celta Editora Lda.

PORTES, Alejandro (1998) *Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology* - *Annual Review of Sociology*, Vol. 24. pp. 1-24.

PORTES, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora.

TAPINOS, Georges Photios (2000) *Mundialización, Integración Regional, Migraciones Internacionales* - *Revista Internacional de Ciencias Sociales Setiembre* pp. 48-57-RISS 165/Setembro UNESCO.

- TEFERRA**, Damtew (2004) Les Intellectuels Nomades Africains dans le Monde Merveilleux de l'Information - *Les Nouvelles* – Association Internationale des Universités - Janvier – Février (2004) vol. 10 n°1-2.
- THROSBY**, David (1999) Cultural Capital – Journal of Cultural Economics, 23 pp: 3-12 – *Kluwer Academic Publishers*, Printed in Netherlands.
- UN** (2005) “Counting Immigrants and Expatriates in OECD Countries: A New Perspective” -, (OECD) Organization for Economic Co-Operation and Development, Fourth Coordination Meeting On International Migration, United Nations Secretariat, New York.
- UNESCO** (2005) « Migration de travail et protection des droits humains en Afrique (Gabon, Niger, Cameroun, Bénin) » - Rapports par pays sur la ratification de la Convention des Nations - Série UNESCO, Novembre. <http://unesdoc.unesco.org/images/0015001525152536f.pdf>
- USAID** (2006) West African Financial Flows and Opportunities for People and Small Businesses - This publication was produced for review by the *United States Agency for International Development*- USAID.
- UZZI**, Brian (1999) Embeddedness in the Marking of financial Capital: How Social Relations and Networks Benefit Firms Seeking Financing – *American Sociological Review*, Vol. 64 (August: 481 – 505). ~
- WHITE-DAVIS**, Hope Patricia (1996) *The Viability of Select Multilateral Responses in Addressing the Adverse Effects of the Reverse Transfer of Technology on Developing Countries: An Analysis of International Politics and Education* – UMI – A Bell & Howell Information Company – USA.